

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – FACIC
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MATHEUS AUGUSTO REIS CAMARGOS

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO DOS
BRASILEIROS

UBERLÂNDIA
JULHO DE 2022

MATHEUS AUGUSTO REIS CAMARGOS

**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO DOS
BRASILEIROS**

Artigo Acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Lucimar Antônio Cabral de Ávila

**UBERLÂNDIA
JULHO DE 2022**

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo geral identificar o comportamento do nível de endividamento dos brasileiros no período de Pandemia de COVID-19. Para tal, foi realizada uma pesquisa qualitativa quanto à abordagem do problema, descritiva quanto aos objetivos e documental do ponto de vista dos procedimentos técnicos. Os dados foram coletados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Banco Central do Brasil (Bacen), foi possível analisar os seguintes indicadores: nível de endividamento; taxa de desemprego; concessão de crédito à pessoa física; taxa Selic, Produto Interno Bruto (PIB) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Por meio de análises gráficas realizaram-se comparativos entre o nível de endividamento e os demais indicadores. Os resultados demonstraram que a pandemia da Covid-19 afetou o nível de endividamento direta e indiretamente, devido às alterações ocorridas em cada indicador especialmente nos anos 2020 e 2021. Conclui-se que o comportamento do endividamento familiar é acentuado pela alta da taxa de desemprego, da inflação, e com isso cresce o montante de crédito concedido à pessoa física. Com inflação alta e maior taxa de desemprego, as famílias recorrem ao crédito para manter o nível de consumo, inclusive de itens de primeira necessidade, aumentando o endividamento familiar no país. Com o aumento da concessão de crédito, aumenta-se o PIB que estava praticamente estagnado de 2019 para 2020, uma vez que se aumenta o consumo das famílias, gerando um círculo vicioso.

Palavras-Chave: Endividamento familiar; Concessão de crédito; Desemprego; Inflação; Covid-19

ABSTRACT

This article aimed to identify the behavior of the level of indebtedness of Brazilians in the period of the COVID-19 Pandemic. To this end, a qualitative research was carried out regarding the approach to the problem, descriptive regarding the objectives and documental from the point of view of technical procedures. Data were collected from the Consumer Indebtedness and Default Survey (PEIC), Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and Central Bank of Brazil (Bacen), it was possible to analyze the following indicators: level of indebtedness; unemployment rate; granting credit to individuals; Selic rate, Gross Domestic Product (GDP) and Broad National Consumer Price Index (IPCA). Through graphic analysis, comparisons were made between the level of indebtedness and the other indicators. The results showed that the Covid-19 pandemic affected the level of indebtedness directly and indirectly, due to the changes that occurred in each indicator, especially in the years 2020 and 2021. It is concluded that the behavior of family indebtedness is accentuated by the high unemployment rate, inflation, and with that the amount of credit granted to individuals grows. With high inflation and higher unemployment rate, families resort to credit to maintain the level of consumption, including basic necessities, increasing family indebtedness in the country. With the increase in credit granting, GDP, which was practically stagnant from 2019 to 2020, increases, as household consumption increases, generating a vicious circle.

Keywords: *Family indebtedness; Credit granting; Unemployment; Inflation; Covid-19*

1 INTRODUÇÃO

O endividamento familiar ganhou importância, especialmente após a crise econômica e sanitária, em função da pandemia de Covid-19, que acarretou num aumento significativo na taxa de desemprego, pois aumentou o fluxo de pessoas da condição de afastamento temporário para o desemprego (CARVALHO *et al.* 2020).

Os primeiros casos de Covid-19 surgiram em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China e a partir do aumento dos casos em vários países e regiões do mundo, a Organização Mundial de Saúde (OMS) caracteriza a doença como uma pandemia, em março de 2020. Dada sua rápida transmissão e disseminação, vários países, a fim de evitar a propagação do vírus, adotaram medidas de isolamento social, distanciamento e *lockdown*. No Brasil essas medidas foram implementadas por meio da Lei n. 13.979/2020, que dispõe sobre as ações para enfrentamento da pandemia, incluindo isolamento e quarentena (BRASIL, 2020).

Essas medidas impactaram diretamente a economia, visto que apenas atividades essenciais como supermercados e farmácias foram mantidas em funcionamento (BRASIL, 2020). Diante deste contexto, o endividamento das famílias aumentou significativamente durante a pandemia de Covid-19, registrando, de acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), uma média de 66,5% de famílias endividadas no ano de 2020, batendo recorde em 2021, com 70,9% de famílias endividadas (CNC, 2021).

Segundo Roubicek (2022), o endividamento alto é registrado em um contexto de pouca tração econômica, inflação alta e renda baixa e essa situação, para as famílias, geralmente significa abrir mão de parte do consumo para pagar as dívidas. Menasce (2020) já havia dito que o endividamento das famílias é um problema sério no Brasil, cujas principais causas são: desemprego; falta de educação financeira; uso inadequado do cheque especial ou crédito rotativo; consumo excessivo; falta de uma reserva de emergência; má administração das finanças; juros do crediário e fazer empréstimos impulsivos.

Desta forma, diante das principais causas citadas para o endividamento das famílias, somados à conjuntura econômica vivida devido ao Covid-19, justifica-se o desenvolvimento desta pesquisa, a qual busca responder à seguinte questão: qual o comportamento do nível de endividamento dos brasileiros no período de Pandemia de COVID-19?

O objetivo geral deste artigo é identificar o comportamento do nível de endividamento dos brasileiros no período de Pandemia de COVID-19.

Desta forma, esta pesquisa foi estruturada em cinco seções, iniciando por esta introdução. A seção dois abarca o referencial teórico, explicitando conceitos necessários para a

compreensão da pesquisa como um todo. A terceira seção trata da metodologia do trabalho e a quarta seção apresenta os resultados obtidos na pesquisa. Por fim, a seção cinco se encarrega das considerações finais do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Pandemia de COVID-19 e a crise econômica no Brasil

De acordo com dados do Ministério da Saúde, a Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global (BRASIL, 2022).

Preiss *et al.* (2021) afirmam que a pandemia de Covid-19 chegou ao Brasil em um momento delicado, em que, após alguns anos de sucesso no combate à fome e a insegurança alimentar, o país volta a enfrentar crises políticas e econômicas que colocam a sociedade em um contexto de vulnerabilidade.

Schneider *et al.* (2020) acrescentam que estudos e avaliações realizados por organizações internacionais já sugerem um cenário recessivo na economia global, ainda no início da pandemia em 2020. Essa recessão seria fruto tanto da retração do crescimento do PIB bem como do acesso à renda do trabalho. O cenário poderia ser ainda pior no Brasil, considerando que a América Latina como um todo já apresentava uma desaceleração das suas economias mesmo antes da pandemia (SCHNEIDER *et al.* 2020).

Melo e Cabral (2020) afirmam que o papel da Covid-19 teria sido o de catalisador de crises já existentes no Brasil antes da pandemia: crise econômica crônica, que já perdura há anos; crise econômica aguda, esta resultante da covid-19 e dos abalos no mercado de petróleo; crise de saúde pública, sempre presente, mas agravada pela emergência causada pelo contágio e virulência do novo vírus e, por fim, a crise política provocada por críticas e questionamentos ao próprio regime democrático.

Trovão (2020) apresenta um panorama do cenário econômico brasileiro ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, composto por cinco períodos distintos: baixas taxas de crescimento, menores que 2% ao ano, em média, que perduraram de 2001 a 2003; de 2004 a 2010 observou-se um período de taxas relativamente maiores de crescimento do PIB, com exceção de 2019, cujo PIB caiu -0,1% como reflexo da crise econômica internacional seguido por um período de desaceleração econômica com taxas de crescimento recorrentemente menores (2011 a 2014); 2015 e 2016 observaram quedas expressivas do PIB (-3,5% e -3,3%,

respectivamente) e 2017 a 2019 iniciou-se uma lenta recuperação da economia nacional em que as taxas foram pouco superiores a 1% ao ano.

Diante de um cenário macroeconômico fragilizado, Trovão (2020) acrescenta que a pandemia de Covid-19 e a crise socioeconômica a ela associada expuseram a desigualdade no Brasil, trazendo desafios expressivos para as políticas públicas, principalmente para aquelas associadas à proteção social e à preservação do emprego e da renda.

2.2 Indicadores Econômicos e sociais e o endividamento dos brasileiros

A definição de endividamento apresentada por Carvalho, Sousa e Fuentes (2017), consiste no endividamento como a existência de uma obrigação que será obliterada após o pagamento, caracterizado pelo consumo antecipado, onde basta contrair a dívida para enquadrar-se como endividado. Os autores apresentam ainda o endividamento como algo decorrente da ação involuntária de não pagar o que foi usufruído, resultando no acúmulo de dívidas. O endividamento também pode ser visto como um desvio de cognição que implica desequilíbrio na tomada de decisão, gerando interpretações equivocadas (CARVALHO; SOUSA; FUENTES, 2017).

Alguns estudos, conforme Carvalho, Sousa e Fuentes (2017), abordam o endividamento não como fruto de decisões equivocadas, mas como fruto de decisões conscientes, onde o indivíduo é alguém que usufrui de algo, assume e acumula dívidas de forma voluntária.

Bortoluzzi *et al.* (2015) abordam o conceito de finanças pessoais, sendo a ciência que estuda a aplicação dos conceitos financeiros pela família ou indivíduo nas suas decisões financeiras do cotidiano. Estas levam em consideração os eventos financeiros de cada pessoa, bem como a fase da vida em que ele se encontra, a fim de auxiliar o seu planejamento financeiro.

Quanto ao endividamento, Bortoluzzi *et al.* (2015), complementam que o mesmo tem origem no verbo endividar e significa contrair dívidas, podendo ser conceituado como a utilização de recursos de terceiros a fim de satisfazer as necessidades de consumo, ou seja, o indivíduo excede sua renda e recorre à utilização de recursos de terceiros.

Paraíso e Fernandes (2019) acreditam que o nível de endividamento é impulsionado pelo estímulo ao consumo por parte dos incentivos, tais como facilidade ao crédito, e que os indivíduos são estimulados a endividar-se cada vez mais pela necessidade de adquirir novos bens de consumo, tornando-se um problema de ordem social, da chamada “sociedade do consumo”.

Ainda de acordo com Paraíso e Fernandes (2019), o aumento do número de desempregados e o custo de vida tornando-se cada vez mais elevado, cresce a preocupação com o grau de endividamento da sociedade. Sobre o endividamento familiar, os fatores que mais influenciam são o desemprego e a má educação financeira.

Carvalho (2018) utiliza o conceito de inadimplência utilizado pelo SERASA-EXPERIAN que data essa variável desde os anos 2000 e que posteriormente desenvolveu uma pesquisa denominada PEIC (Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor), apurada a partir de 2010 com dados sendo coletados em todos os estados com milhares de entrevistados. Nesta pesquisa, alguns indicadores relatam a saúde financeira das famílias em relação às suas dívidas, como o nível de endividamento, percentual de famílias endividadas e principais tipos de dívida.

Um dos indicadores selecionados para a análise foi o nível de endividamento, obtido na pesquisa PEIC, para as famílias brasileiras. O nível de endividamento da PEIC refere-se ao percentual de famílias, em relação ao total de famílias pesquisadas, que possuem dívidas contraídas com cheques pré-datados, cartões de crédito, carnês de loja, empréstimo pessoal e consignado, compra de imóvel ou prestações de carro e de seguros, entre outros. São consideradas as dívidas, independente das parcelas estarem pagas em dia ou não (CNC, 2022; FECOMERCIO-RS, 2016).

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), tem o objetivo de diagnosticar o nível de endividamento e inadimplência do consumidor, sendo apurados o nível de endividamento, percentual de inadimplentes, intenção de pagar dívidas em atraso e nível de comprometimento da renda (CNC, 2022).

Considerada uma das causas do endividamento, utilizou-se também a taxa de desemprego para o período, obtida junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi considerada a população de 14 anos ou mais de idade, desocupadas, por ano, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua.

Outra análise relevante é avaliar a concessão de crédito à pessoa física, que vem a ser o montante total de empréstimos cuja destinação dos recursos é livre e cujas taxas de juros são definidas livremente entre instituição financeira e cliente (medido em R\$), obtido junto ao Banco Central (Bacen), para o período analisado.

Considerou-se ainda a Taxa básica de juros da economia brasileira (SELIC), que representa a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no sistema para títulos federais (medida em %), o Produto Interno Bruto (PIB), que corresponde à soma de todos os

bens e serviços finais produzidos pelo país (medido em R\$), obtidos junto ao Bacen, e o Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias (medida em %), obtido junto ao IBGE.

2.3 Estudos correlatos

Dentre os estudos sobre o endividamento dos brasileiros, alguns trabalhos ajudam a nortear a presente pesquisa. Vieira, Roma e Ferreira (2014) analisaram a relação entre as variáveis independentes: nível de endividamento das famílias e taxa de juros SELIC, com a variável dependente: taxa de crédito pessoal. Estimou-se um modelo de série temporal onde encontrou-se: (i) coeficientes estatisticamente significativos entre as variáveis analisadas; (ii) uma relação inversa entre endividamento das famílias e taxa de crédito pessoal; (iii) relação positiva entre taxa SELIC e taxa de crédito pessoal; (iv) a inserção de termos autorregressivo e de média móvel no modelo para explicar a relação.

Bortoluzzi *et al.* (2015) analisaram os aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011 a 2014. Os resultados apontam um elevado percentual de endividamento e a ocorrência de oscilações crescentes e decrescentes no período estudado. As formas de crédito mais utilizadas pelos brasileiros entre 2011 e 2014 foram o crédito pessoal e o financiamento imobiliário. Concluiu-se, assim, que as diversas opções de crédito disponíveis na atualidade conduziram a economia do país a registrar índices preocupantes em relação ao endividamento familiar.

Kunkel, Vieira e Potrich (2015) avaliaram as causas e as consequências da dívida no cartão de crédito a partir de fatores comportamentais. Realizou-se uma pesquisa com 1.831 usuários de cartão de crédito dos estados de Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Maranhão por meio de questionários. Observaram que os respondentes mantêm baixos índices de endividamento no cartão de crédito. Os resultados apontam como determinantes da dívida os construtos: materialismo, compras compulsivas, comportamento de uso no cartão de crédito e alfabetização financeira; e como consequências, o baixo nível de bem-estar financeiro e as emoções negativas.

Campara *et al.* (2016) buscaram identificar quais os antecedentes e os consequentes do endividamento e quais as estratégias adotadas pelos indivíduos para tornar-se adimplente, considerando nos consequentes da dívida os fatores financeiros, pessoais e sociais. Foram entrevistados 14 indivíduos cujo nome estava vinculado ao cadastro de dívida ativa. Os

resultados apontam que a inadimplência pode surgir do descontrole no ato de consumir, da falta de planejamento, por cobranças indevidas, principalmente por telefone ou até mesmo pelo empréstimo do nome para um amigo ou familiar.

Os autores encontraram, como consequência, os entrevistados exibem mais preocupações, desconforto, angústia, mágoa, constrangimento e vergonha, não conseguem obter crédito e muitas vezes são cobrados por familiares por encontrarem-se nessa situação. Tais resultados sinalizam que estratégias devem ser realizadas no âmbito de educar os indivíduos financeiramente e orientá-los para que planejem melhor seus gastos, evitando o descontrole e conseqüentemente a inadimplência. Além disso, salienta-se a necessidade de uma maior fiscalização, principalmente em relação às cobranças indevidas (CAMPARA et al., 2016).

Carvalho, Souza e Fuentes (2017) analisaram a ideia de endividamento na visão dos próprios indivíduos, uma vez que não há consenso na literatura teórica sobre o conceito. Foram realizadas 300 entrevistas estruturadas de curta duração. Os principais resultados do estudo revelam que há uma multiplicidade de aspectos e variáveis que contribuem para a formação do conceito, porquanto diversos construtos e dimensões competem para a formação do fenômeno. Sucintamente, o endividamento representa para os respondentes o produto de contas, gastos, dívidas e obrigações decorrentes da confluência de fatores gerados por ações individuais e/ou externas, resultando em disposições emocionais perniciosas ao indivíduo. Friolim (2017) analisou a expansão do crédito na economia brasileira como instrumento anticíclico e suas conseqüências sobre o consumo das famílias para o período de 2003-2015, de modo a avaliar o trajeto social decorrente do padrão de consumo e do endividamento. Utilizou o método histórico de investigação e o método descritivo. Entre 2003 e 2008 a expansão do crédito esteve a cargo dos bancos privados, seguindo a lógica keynesiana de preferência pela liquidez essa condição se reverteu após a crise do *subprime*, em 2008; quando então coube aos bancos públicos garantir e expandir o crédito.

Friolim (2017) acrescenta ainda que a política creditícia junto às demais se caracterizou como anticíclica e a demanda efetiva manteve-se pelo consumo, principalmente pela participação da nova classe média. A trajetória de ascensão através do acesso ao crédito, que possibilitou à nova classe média consumir bens considerados símbolos dos estratos superiores da sociedade, acabou tornando-se ilusória, pelo fato de apenas se concretizar diante de um contexto que pressupõe a pobreza. A nova classe média acabou reinventando a sua condição de pobreza, ao consumir os bens símbolos de estratos superiores da sociedade, sem incorporar os signos culturais e sociais que representam estes estratos.

Paraíso e Fernandes (2019) realizaram a discussão sobre o crescimento do índice de endividamento das famílias brasileiras. Analisaram dados divulgados pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) através da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) do mês de setembro de 2019, onde foram ouvidos cerca de 18 mil consumidores. Os resultados obtidos demonstraram que 65,1% das famílias estão endividadas, sendo o cartão de crédito o líder do endividamento com 79,5%. Concluíram que o planejamento financeiro não é uma prática recorrente nas famílias brasileiras, além da frequente aquisição de bens desnecessários, o que gera gastos não planejados, oriundos de motivações supérfluas.

Por fim, Glad (2021) verificou como os indicadores econômicos e sociais estão associados com o nível de endividamento das famílias brasileiras. Utilizaram uma análise de regressão múltipla para identificar a associação entre as variáveis taxa Selic, concessão de crédito, taxa de desemprego, nível de inadimplência e concessão de auxílio emergencial e o nível de endividamento das famílias brasileiras. As variáveis foram coletadas por meio do levantamento de dados secundários do período de janeiro de 2012 até dezembro de 2020. Os resultados evidenciaram que o endividamento está associado com a inadimplência, o desemprego e a inflação, sendo uma associação positiva com a inadimplência, e negativa com as outras duas variáveis apontadas.

Diante da leitura dos artigos supracitados, entende-se que estudar o endividamento, suas motivações e causas é bastante relevante, especialmente na atual conjuntura, onde a crise econômica e sanitária ampliou a gama de desempregados e conseqüentemente contribuiu com a elevação da dívida familiar e a inadimplência.

Deve-se levar em consideração a conjuntura macroeconômica do país, a taxa de juros da economia, a oferta de crédito, além dos fatores individuais, que deixam de ser uma questão apenas de educação financeira, mas de necessidade real de consumo, muitas vezes sem a contrapartida da renda. Neste aspecto, este estudo busca relacionar o nível de endividamento, a concessão de crédito para pessoa física e a taxa de desemprego, com indicadores macroeconômicos, como PIB, a taxa SELIC e o índice de inflação (IPCA) para um período de dez anos (2012 a 2021), de modo a considerar os impactos sofridos durante a pandemia do Covid-19.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa quanto à abordagem do problema. Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, buscando descrever as características do fenômeno estudado e estabelecer uma relação entre as variáveis (PRODANOV; FREITAS, 2013). Do ponto de vista dos procedimentos técnicos de coleta de dados, classifica-se como uma pesquisa documental.

Segundo Silva e Menezes (2005), a pesquisa é documental é aquela elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico. Já a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, em que a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas nesta pesquisa, não sendo necessário o uso de métodos e técnicas estatísticas (SILVA; MENEZES, 2005).

Os indicadores utilizados foram: (i) nível de endividamento; (ii) taxa de desemprego; (iii) concessão de crédito à pessoa física; (iv) taxa Selic; (v) Produto Interno Bruto (PIB) e (vi) Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para os anos de 2012 a 2021.

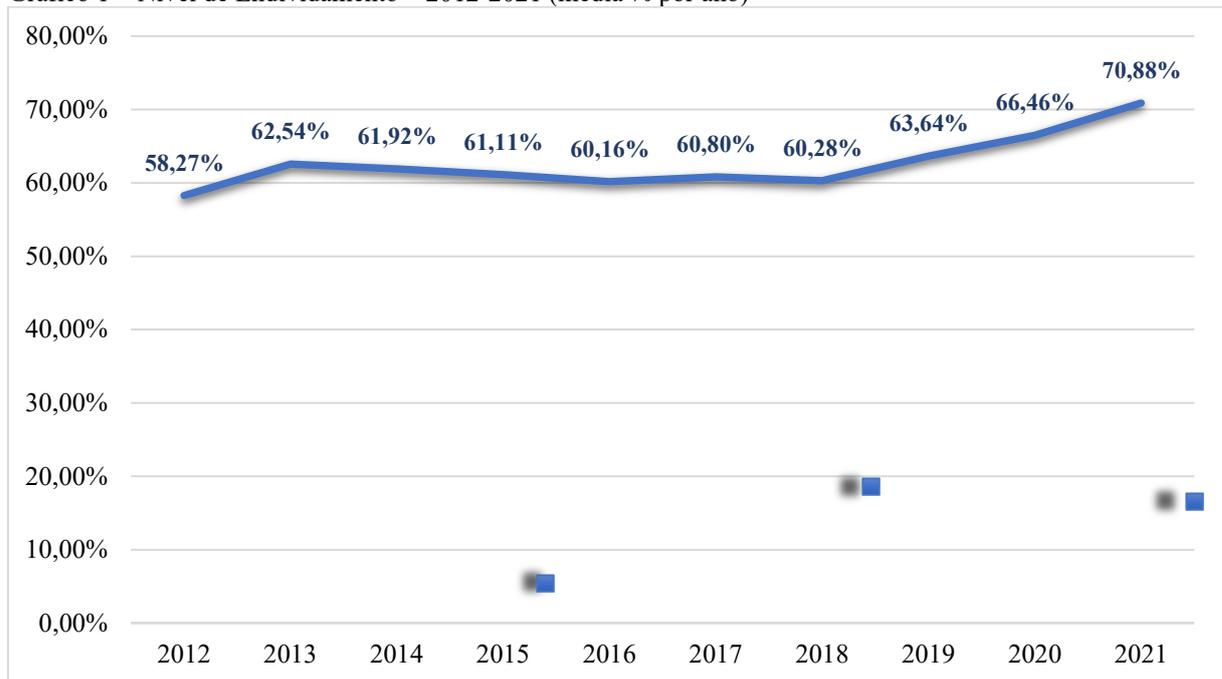
Os dados sobre o nível e as formas de endividamento foram coletados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), relativos a dez anos (2012 a 2021), a fim de se traçar um panorama do endividamento das famílias e também da inadimplência dos consumidores no período analisado. A taxa de desemprego e o IPCA foram obtidos junto ao IBGE e a concessão de crédito à pessoa física, a Selic e o PIB foram coletados no Bacen.

De posse dos dados, foram realizadas análises gráficas com o intuito de atender aos objetivos geral e específicos da pesquisa, conforme apresentados na seção de análise dos resultados. Os gráficos foram elaborados com os dados da PEIC, ajustados conforme a necessidade de comparação entre os indicadores.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste tópico são apresentados os resultados obtidos. O Gráfico 1 representa o percentual médio de endividamento das famílias por ano, de 2012 a 2021. Observa-se que o nível do endividamento começa a subir ainda em 2018, no entanto, em 2020 e 2021 ele alcança um patamar de mais de 70%.

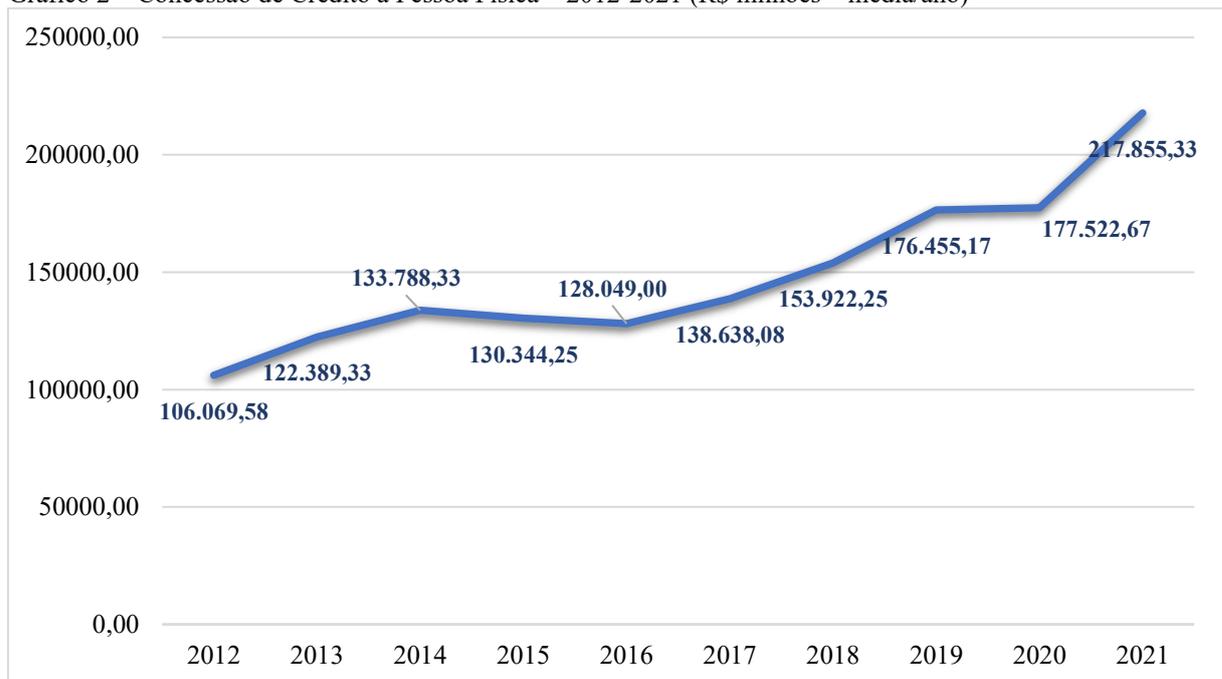
Gráfico 1 – Nível de Endividamento – 2012-2021 (média % por ano)



Fonte: dados da pesquisa

O Gráfico 2 apresenta o montante de concessão de crédito à pessoa física para o mesmo período. É possível visualizar como a concessão de crédito disparou após 2020, primeiro ano da pandemia de Covid-19, com uma variação de cerca de 22% em relação ao valor de crédito concedido em 2020.

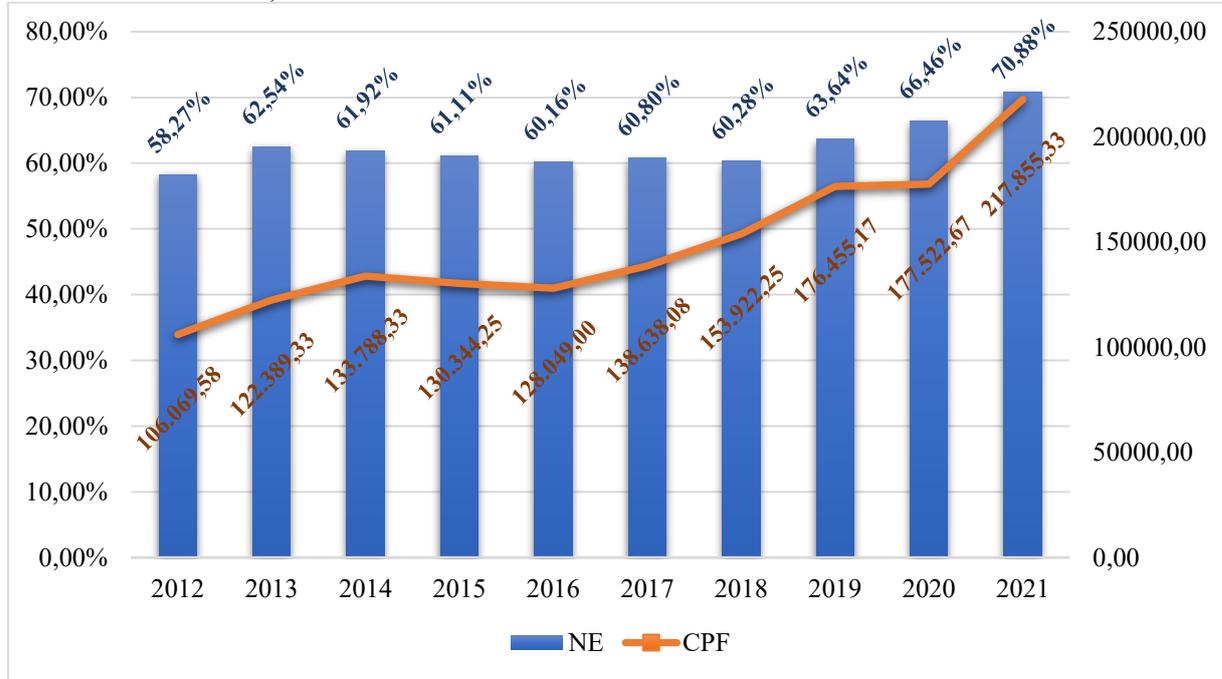
Gráfico 2 – Concessão de Crédito à Pessoa Física – 2012-2021 (R\$ milhões – média/ano)



Fonte: dados da pesquisa

O Gráfico 3 demonstra a comparação entre o nível de endividamento e a concessão de crédito à pessoa física.

Gráfico 3 – Nível de Endividamento (em % média/ano) versus Concessão de Crédito à Pessoa Física (em R\$ milhões – média/ano) – 2012-2021



Fonte: dados da pesquisa

É possível perceber, a partir do Gráfico 3, que a média do nível de endividamento caminha relativamente junto à concessão de crédito a pessoas físicas, diferente dos achados de Vieira, Roma e Ferreira (2014), onde observaram uma relação inversa entre o endividamento das famílias e a taxa de crédito pessoal.

O Gráfico 4 compara o nível de endividamento com a média anual do PIB. De acordo com o Gráfico 4, apesar da crise causada pela pandemia do Covid-19, o PIB permaneceu em uma trajetória crescente, cuja menor variação se deu do ano 2019 para o ano de 2020 (variação de aproximadamente 1%). Já do ano de 2020 para o ano de 2021, a variação foi 16% aproximadamente.

Gráfico 4 – Nível de Endividamento (em % média/ano) versus PIB (em R\$ milhões – média/ano) – 2012-2021



Fonte: dados da pesquisa

O Gráfico 5 compara o nível do endividamento com a taxa Selic e o IPCA para o período de 2012 a 2021. Observa-se no Gráfico 5 que a taxa Selic acompanha a trajetória do IPCA no período analisado. Verifica-se uma alta na Selic nos anos de 2015 e 2016, seguida por uma queda até o ano de 2020, quando volta a subir.

Gráfico 5 – Nível de Endividamento (em % média/ano) versus taxa Selic (em % – acumulada ao ano) e IPCA (em % acumulado ao ano) – 2012-2021

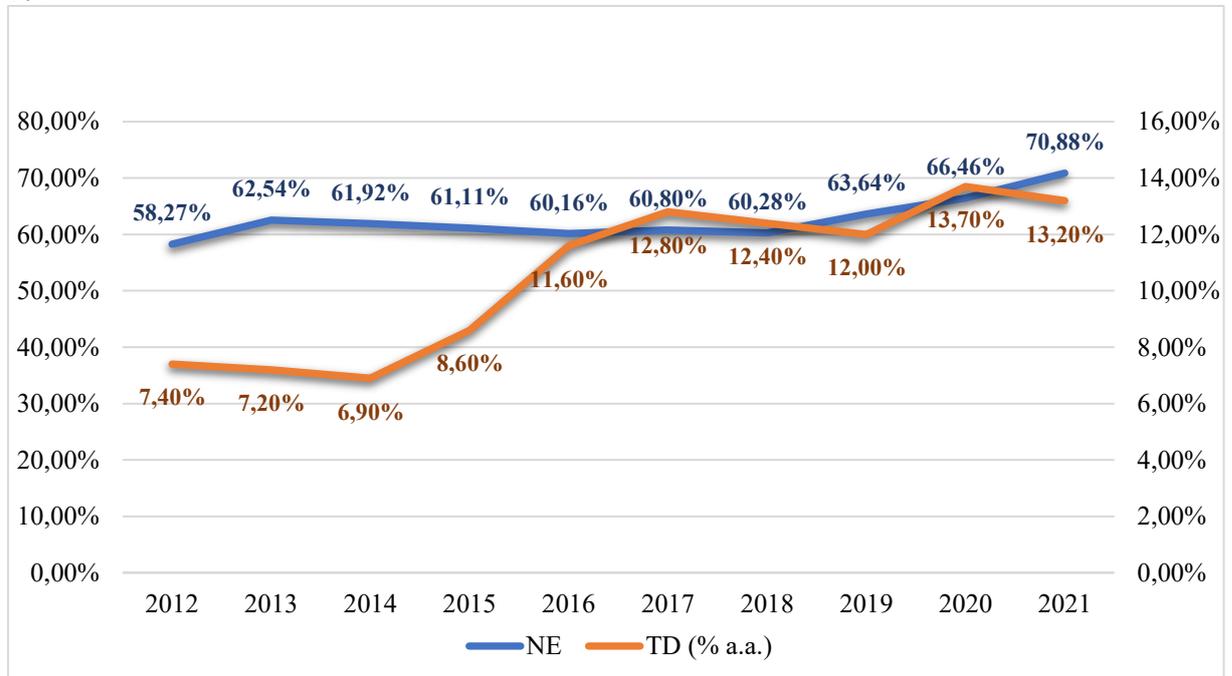


Fonte: dados da pesquisa

A trajetória do IPCA é semelhante à da taxa Selic. Em 2015 registrou-se uma alta da inflação, partindo de 6,41% em 2014 para 10,67% em 2015. Em seguida, o IPCA cai, chegando ao mínimo do período, no valor de 2,95% em 2017, quando volta a subir até registrar 4,52% em 2020. De 2020 para 2021 a inflação sobe chegando próxima àquela de 2015, com percentual de 10,06%. Tal observação se mostrou oposta ao apresentado por Glad (2021), onde os resultados demonstraram que o endividamento está associado com a inflação com sinal negativo.

O Gráfico 6 compara o nível de endividamento com a Taxa de desemprego.

Gráfico 6 – Nível de Endividamento (em % média/ano) versus Taxa de Desemprego (em % média/ano) – 2012-2021



Fonte: dados da pesquisa

Conforme se observa no Gráfico 6, a taxa de desemprego que havia apresentado uma leve queda, chegando a 6,9% em 2014 atinge 12,8% em 2017, quando volta a ter uma redução sutil, para 12% em 2019.

Em 2020, chega ao seu ponto máximo no período (13,7%), justificada pelos impactos da Covid-19 no mercado de trabalho, uma vez que os estabelecimentos permaneceram fechados devido às medidas de *lockdown* e distanciamento social estabelecidas. Em 2021, com o afrouxamento de várias medidas de enfrentamento à covid, a taxa de desemprego sofre uma pequena redução, seguindo para 13,2%. Novamente os resultados aqui obtidos demonstraram uma relação divergente da apresentada por Glad (2021), em que o nível de endividamento se associa negativamente com o desemprego.

Os resultados demonstraram que houve impacto nos indicadores, especialmente em 2020 e 2021, o que pode ser explicado pelas medidas de enfrentamento à pandemia de Covid-19, iniciadas em 2020. Observa-se que o comportamento do endividamento familiar é acentuado pela alta da taxa de desemprego, da inflação, e com isso cresce o montante de crédito concedido à pessoa física.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo geral identificar o comportamento do nível de endividamento dos brasileiros no período de Pandemia de COVID-19. Para tal, foi realizada uma pesquisa qualitativa quanto à abordagem do problema, descritiva quanto aos objetivos e documental do ponto de vista dos procedimentos técnicos.

Por meio de dados coletados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Banco Central do Brasil (Bacen), foi possível analisar os seguintes indicadores: nível de endividamento; taxa de desemprego; concessão de crédito à pessoa física; taxa Selic, PIB e IPCA.

Foram realizadas análises gráficas comparativas entre o nível de endividamento e as demais variáveis. Os resultados demonstraram que a pandemia da Covid-19 afetou o nível de endividamento direta e indiretamente, devido às alterações ocorridas em cada indicador especialmente nos anos 2020 e 2021.

Conclui-se que o comportamento do endividamento familiar é acentuado pela alta da taxa de desemprego, da inflação, e com isso cresce o montante de crédito concedido à pessoa física. Com inflação alta e maior taxa de desemprego, as famílias recorrem ao crédito para manter o nível de consumo, inclusive de itens de primeira necessidade, aumentando o endividamento familiar no país. Com o aumento da concessão de crédito, aumenta-se o PIB que estava praticamente estagnado de 2019 para 2020, uma vez que se aumenta o consumo das famílias, gerando um círculo vicioso.

As limitações desta pesquisa foram o período até 2021, não sendo possível uma análise pós pandemia de Covid-19. Como sugestões para pesquisas futuras cabe a ampliação do período analisado, de forma que seja considerado o período após a pandemia. Outra sugestão é a análise da conjuntura política e social dos impactos econômicos no período.

REFERÊNCIAS

BORTOLUZZI, Daiane Antonini et al. Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014. *Perspectiva*, Erechim, v. 39, n. 146, p. 111-123, jun. 2015.

BRASIL. *O que é a Covid-19*. Ministério da Saúde. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>>. Acesso em 30 mar 2022.

CAMPARA, Jéssica Pulino et al. O Dilema dos Inadimplentes: Antecedentes e Consequentes do “nome sujo”. *Revista Brasileira de Marketing*, v. 15, n. 1, p. 71-85, 2016.

CARVALHO, Elvis Alves de. *Efeitos da oferta de crédito sobre a inadimplência das pessoas físicas no Brasil: uma análise entre 2004 e 2012*. 2018. 28 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

CARVALHO, Helder Araújo de; SOUSA, Felipe Gerhard Paula; FUENTES, Verónica Ligia Peñaloza. Representação Social do Endividamento Individual. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 11, n. 1, p. 100-115, 2017.

CARVALHO, Sandro Sacchet de et al. Análise das transições no mercado de trabalho brasileiro no período na Covid-19. Carta de Conjuntura. *IPEA*, n. 49, Nota de Conjuntura 12, 2020.

CNC. O perfil do endividamento das famílias brasileiras em 2021. *Pesquisa CNC – Endividamento e Inadimplência do Consumidor*. 2021. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2022/01/peic-cnc-2021.pdf>>. Acesso em 30 mar 2022.

CNC. *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)*. Anual e dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-anual-e-dezembro-de-2021/410541>>. Acesso em 26 fev. 2022

FECOMERCIO-RS. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC). 2016. Disponível em: <<https://fecomercio-rs.org.br/wp-content/uploads/2016/10/PEICanaliseNOV16.pdf>>. Acesso em: 15 mai 2022.

FRIOLIM, Patricia Conde. *Crédito, consumo e endividamento: uma análise sobre os impactos da expansão do crédito no consumo das famílias brasileiras no período 2003-2015*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) Universidade Federal do Pampa. UNIPAMPA. 2017.

GLAD, Matheus Eduardo. *Indicadores econômicos e sociais e o nível de endividamento dos brasileiros*. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) Universidade Federal de Uberlândia. UFU. 2021.

KUNKEL, Franciele Inês Reis; VIEIRA, Kelmara Mendes; POTRICH, Ani Caroline Grigion. Causas e consequências da dívida no cartão de crédito: uma análise multifatores. *Revista de Administração*, v. 50, n. 2, p. 169-182, 2015.

MELO, Carlos; CABRAL, Sandro. A grande crise e as crises brasileiras: o efeito catalisador da Covid-19. *Gestão e Sociedade*, v. 14, n. 39, p. 3681-3688, 2020.

MENASCE, M. *Quais as principais causas do endividamento?* 2020. Disponível em: <<https://blog.euemdia.com.br/endividamento-das-familias/>>. Acesso em: 08 mai 2022.

PARAÍSO, Sandra Chaves Silva; FERNANDES, Ronaldo Augusto Silva. O crescimento do índice de endividamento das famílias brasileiras. *Revista Eletrônica Cosmopolita em Ação*, v. 6, n. 2, p. 12-26, 2020.

PREISS, Potira V. et al. Abastecimento alimentar e COVID-19: uma análise das feiras no Vale do Rio Pardo-RS. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 28, 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROUBICEK, M. *Por que o endividamento das famílias brasileiras só aumenta*. 2022. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/05/03/Por-que-o-endividamento-das-fam%C3%ADlias-brasileiras-s%C3%B3-aumenta#:~:text=O%20endividamento%20alto%20%C3%A9%20registrado,consumo%20para%20pagar%20as%20d%C3%ADvidas>>. Acesso em: 08 mai 2022.

SCHNEIDER, Sérgio et al. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. *Estudos Avançados*, v. 34, p. 167-188, 2020.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. 4a. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques. *A pandemia de Covid-19 e a Desigualdade de Renda no Brasil: um olhar macrorregional para a proteção social e os auxílios emergenciais*. Texto para discussão, n. 04, Departamento de Economia, UFRN, 2020.

VIEIRA, Ana Luiza Brenke Diniz; ROMA, Carolina Magda da Silva; FERREIRA, Bruno Pérez. O custo do crédito pessoal em relação ao nível de endividamento das famílias brasileiras e à taxa de juros selic. *Revista Economia & Gestão*, v. 14, n. 36, 2014.